

CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR

ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO GTFAT

DATA: 17 de junho de 2011

LOCAL: Sala de Reuniões, 4º andar, sala 433, Bloco F, Esplanada dos Ministérios.

PARTICIPANTES: Rodolfo Péres Torelly, Coordenador do GTFAT e Secretário-Executivo do CODEFAT; Gustavo Alves Tillmann, Representante Titular do MF; Renato Antônio Henz, Representante Titular do MAPA; João Luiz Guadagnin, Representante Titular do MDA; Luiz Carlos Galvão de Melo, Representante Titular do BNDES; Carlos Renato de Melo Castro, Representante Suplente do MF; Marcos Perioto, Representante Titular da Força Sindical; Geraldo Ramthun, Representante Titular da NCST; Pascoal Carneiro, Representante Titular da CTB; João Edilson de Oliveira, Representante Titular da CGTB; Alexandre Sampaio Ferraz, Representante Suplente da CUT; Carlos Alberto Salvatore Filho, Representante Titular da CNS/Serviços; Sebastião Antunes Duarte, Representante Titular da CNTur; e, Edgar Silva Vidal, Representante Titular da CNT. **Convidada:** Maria Thereza Andrade, Representante do FONSET.

1 Aos dezessete dias do mês de junho de dois mil e onze, no Edifício-Sede do Ministério do Trabalho
2 e Emprego – MTE, teve início a Décima Nona Reunião Extraordinária do Grupo de Apoio Técnico
3 ao Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - GTFAT, sob a coordenação do
4 Secretário-Executivo do CODEFAT, Sr. Rodolfo Péres Torelly. **I - ABERTURA.** O Coordenador
5 do GTFAT cumprimentou a todos e, em seguida, passou ao **II – ASSUNTOS PARA**
6 **DISCUSSÃO.** Informou que promoveria uma inversão de pauta, passando ao **ITEM 2 - Proposta**
7 **de Resolução que aprova a Proposta Orçamentária do Fundo de Amparo ao Trabalhador –**
8 **FAT para o exercício de 2012.** O Titular da Coordenação-Geral de Recursos do FAT –
9 CGFAT/SPOA/SE/MTE, Sr. Paulo César Bezerra de Souza, esclareceu que a elaboração da
10 Proposta Orçamentária do FAT se baseava nas informações das Unidades do MTE que tinham
11 ações custeadas com recursos do Fundo, as quais eram consolidadas pela Coordenação-Geral de
12 Orçamento, Finanças e Contabilidade – CGOFC/SPOA/SE/MTE, destacando que após sua
13 aprovação pelo CODEFAT, o Ministério encaminharia a Proposta em referência à Secretaria de
14 Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SOF/MP. Explicou que
15 os valores da proposta em tela haviam sido estimados a partir de parâmetros da Secretaria de
16 Política Econômica do Ministério da Fazenda – SPE/MF para o exercício de 2012, a saber: i) Taxa
17 de Inflação - 4,5%; ii) Taxa TJLP - 6%; iii) Taxa SELIC – 11,49%; iv) Salário Mínimo – R\$619,21;
18 e, v) Taxa de Crescimento do PIB – 5,0%. O Coordenador-Geral da CGFAT informou que as
19 obrigações do FAT somariam R\$58,76 bilhões, cuja distribuição, por Tipo de Despesa,
20 apresentava os seguintes valores: i) Inversões Financeiras, representada pelos empréstimos
21 constitucionais ao BNDES – R\$17,56 bilhões; ii) Despesas Obrigatórias – R\$38,53 bilhões; e,

22 iii) Despesas Discricionárias – R\$2,67 bilhões. Registrou que as Despesas Discricionárias, no
23 montante de R\$2,67 bilhões, apresentavam a seguinte distribuição: i) Qualificação Social e
24 Profissional – R\$1,37 bilhão; ii) Sistema Nacional de Emprego - SINE – R\$615,30 milhões; iii)
25 Gestão da Política de Trabalho, Emprego e Renda – R\$318,46 milhões; iv) Apoio Operacional
26 do Seguro-Desemprego e Abono Salarial – R\$197,48 milhões; v) Identificação do Trabalhador
27 – R\$81,44 milhões; vi) Publicidade de Utilidade Pública – R\$37,50 milhões; vii) Gestão da
28 Integração de Políticas Públicas – R\$17,85 milhões; viii) Sistemas Corporativos – R\$16,19
29 milhões; ix) Microcrédito Produtivo Orientado – R\$7,45 milhões; x) Gestão do PROGER –
30 R\$2,39 milhões; e, xi) Erradicação do Trabalho Escravo – R\$40,00 mil. Relatou que o valor das
31 obrigações (despesas + empréstimos ao BNDES) no exercício de 2012 (R\$58,76 bilhões)
32 superaria em 20,8% o valor aprovado pelo CODEFAT em 2011 (R\$48,64 bilhões), e em 34,0%
33 o valor aprovado na Lei Orçamentária Anual para o exercício 2011 - LOA/2011 (R\$43,85
34 bilhões). Declarou que o MTE estimava receitas no montante de R\$57,07 bilhões, conforme a
35 seguir: I) Contribuição PIS/PASEP – R\$43,89 bilhões; II) Receitas de Remunerações - R\$12,56
36 bilhões; III) Cota Parte da Contribuição Sindical – R\$325,81 milhões; IV) Restituição de
37 Benefícios não Desembolsados e/ou Outras Receitas Patrimoniais – R\$223,82 milhões; V)
38 Restituição de Convênios – R\$36,75 milhões; e, VI) Multas e Juros Devidas ao FAT – R\$32,90
39 milhões. Explicou que a partir das projeções em tela o FAT apresentaria, no exercício de 2012,
40 resultado econômico superavitário de R\$15,87 bilhões (receitas de R\$57,07 bilhões menos despesas
41 de R\$41,20 bilhões), no entanto, devido à obrigatoriedade constitucional de repasse de 40% ao
42 BNDES (R\$17,56 bilhões), seria necessário solicitar ao Tesouro Nacional o aporte de R\$1,69
43 bilhão de modo a permitir ao Fundo cumprir todas as suas obrigações. O Coordenador-Geral da
44 CGFAT finalizou, observando que a estimativa de receitas já deixava de considerar a incidência
45 da Desvinculação de Receitas da União - DRU, a qual teria seu prazo de vigência expirado ao
46 final do presente exercício, ressaltando que uma eventual prorrogação da mesma implicaria em
47 necessidade de um aporte maior de recursos por parte do Tesouro para igualar as receitas e
48 obrigações do FAT. O Coordenador do GTFAT abriu as inscrições para manifestação, declarando
49 que o Conselho vinha mantendo a coerência de solicitar os recursos que considerava necessário para
50 a execução das políticas públicas de emprego, trabalho e renda, o que não impedia que as despesas
51 discricionárias sofressem cortes significativos por parte da SOF/MP. O Representante Suplente do
52 MF, Sr. Carlos Renato de Melo Castro, solicitou o detalhamento da rubrica Receitas de
53 Remunerações, estimada em R\$12,56 bilhões, ao que o Coordenador-Geral da CGFAT explicou
54 que se compunha da seguinte forma: i) Remuneração BNDES Constitucional – R\$7,14 bilhões; ii)
55 Remuneração de Aplicação no Extramercado – R\$3,28 bilhões; iii) Remuneração de Depósitos
56 Especiais – R\$2,08 bilhões; e, iv) Remuneração de Saldos não Desembolsados – R\$53,12 milhões.
57 O Representante Titular da CNT, Sr. Edgar Silva Vidal, registrou que os gastos com pagamento do

58 benefício do seguro-desemprego e do abono salarial, projetados para 2012, eram superiores aos
59 constantes na LOA/2011 em 26,84% e 30,56%, respectivamente, indagando se havia previsão de
60 crédito suplementar para essas ações em 2011. O Coordenador-Geral da CGFAT esclareceu que os
61 valores aprovados na LOA/2011 para essas ações foram inferiores aos aprovados pelo CODEFAT,
62 de modo que haveria necessidade de crédito suplementar tanto para o seguro-desemprego quanto
63 para o abono salarial. O Representante da CNT afirmou que concordava com a proposta de R\$1,37
64 bilhão para qualificação, questionando se o MTE teria estrutura para executar esse montante de
65 recursos, caso fosse aprovado pela SOF/MP. A Titular da Coordenação-Geral de Certificação e
66 Orientação Profissional – CGCOP/DEQ/SPPE/MTE, Sra. Mariângela Rodrigues Coelho, esclareceu
67 que o Departamento de Qualificação – DEQ havia executado integralmente o limite de empenho do
68 exercício de 2010, registrando que o Ministério estaria preparado para executar os recursos
69 propostos no orçamento em tela, o qual já contemplaria as novas modalidades de qualificação
70 profissional: Próximo Passo, Qualificação à Distância e Passaporte Qualificação. O Representante
71 Titular da CNS – Serviços, Sr. Carlos Alberto Salvatore Filho, inquireu sobre como o DEQ havia
72 chegado à proposta de R\$1,37 bilhão para a qualificação profissional, ao que a Coordenadora-Geral
73 da CGCOP esclareceu que foi a partir das demandas recebidas dos estados, municípios e entidades
74 privadas. O Representante da CNS – Serviços indagou sobre o que estaria contemplado no
75 montante de R\$115,88 milhões proposto para a Coordenação-Geral de Informática – CGI. A
76 Coordenadora-Geral da CGOFC, Sra. Águida Gonçalves da Silva, informou que a rubrica da CGI
77 compreendia os serviços de assessoria em tecnologia da informação, investimentos em telefonia e o
78 desenvolvimento da rede de informática do MTE, promovendo a integração das unidades
79 descentralizadas do Ministério. O Coordenador do GTFAT complementou, ressaltando a
80 implantação do Sistema Mais Emprego em todo o País, que permitirá o atendimento on-line do
81 trabalhador, registrando as dificuldades de instalação em algumas Superintendências Regionais do
82 Trabalho e Emprego – SRTE, dada a precariedade das redes de informática. O Representante
83 Titular da Força Sindical, Sr. Marcos Periotto, questionou se a proposta orçamentária em tela já
84 incluía a possibilidade de recursos do FAT para o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico
85 e Emprego - PRONATEC. A Coordenadora-Geral da CGCOP respondeu negativamente,
86 observando que o PRONATEC ainda era um projeto de lei que se encontrava em discussão no
87 Congresso Nacional. A Representante do FONSET, Sra. Maria Thereza Andrade, registrou que a
88 proposta orçamentária para 2012 apresentava maior equilíbrio entre os Planos Territoriais de
89 Qualificação – PlanTeQs e os Planos Setoriais de Qualificação – PlanSeQs, destacando sua
90 importância para o fortalecimento do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda. Defendeu
91 maior volume de recursos para a Intermediação de Mão de Obra – IMO, ressaltando as despesas
92 decorrentes da migração do Sistema SIGAE para o Mais Emprego. O Representante da CNT
93 indagou a respeito de quanto seria à necessidade de aporte do Tesouro Nacional no caso de uma

94 prorrogação da DRU sobre as receitas do PIS/PASEP, ao que o Coordenador-Geral da CGFAT
95 respondeu que seria em torno de R\$6,9 bilhões. O Coordenador do GTFAT declarou que não havia
96 motivos para preocupação, haja vista que o FAT contava atualmente com patrimônio superior a
97 R\$170,0 bilhões, devendo ser utilizado em benefício do trabalhador, ressaltando que não se tratava
98 de fundo de fomento. O Coordenador-Geral da CGFAT explicou que o Ministério solicitava
99 complementação de recursos junto ao Tesouro Nacional quando verificava que o montante de
100 recursos para honrar as obrigações superaria as receitas, ressaltando que a utilização de patrimônio
101 do FAT para essa finalidade reduzia os investimentos na economia, o que impactava negativamente
102 na geração de emprego, trabalho e renda. O Representante Suplente da CUT, Sr. Alexandre
103 Sampaio Ferraz, assinalou que a proposta orçamentária em tela se apresentava ousada, porém
104 respondia às necessidades demandadas para o País. Agradeceu ao DEQ pela sensibilidade na
105 proposta de montantes de recursos mais equilibrados entre PlanTeQs e PlanSeQs, solicitando, no
106 caso de cortes por parte da SOF, que os mesmos ocorressem proporcionalmente entre as duas ações.
107 Declarou a necessidade de maior volume de recursos para a IMO, de modo a fortalecer a estrutura
108 do SINE, e questionou qual a diferença do microcrédito constante na Programação Anual da
109 Aplicação dos Depósitos Especiais do FAT – PDE e no Orçamento do FAT. O Coordenador-Geral
110 da CGFAT explicou que a PDE tratava de aplicação do FAT, nas instituições financeiras, com
111 certeza de reingresso dos recursos ao Fundo, sendo uma ação extra-orçamentária, enquanto o
112 orçamento compreendia gastos, ou seja, alocação de recursos sem retorno. O Representante Titular
113 do MF, Sr. Gustavo Alves Tillman, ressaltou que na proposta de 2012 constava o valor de R\$10,51
114 milhões para a ação Bolsa Qualificação Profissional, enquanto a proposta de 2011 foi de R\$67,41
115 milhões, e o executado em 2010 de R\$8,86 milhões, ao que o Coordenador do GTFAT explicou que
116 essa ação teve um pico de utilização em função da crise, mas que já estava retornando ao patamar
117 normal. O Representante Titular da NCST, Sr. Geraldo Ramthun, observou que havia um gráfico
118 projetando crescimento no número de beneficiários do Abono Salarial - AS e do Seguro-
119 Desemprego - SD para o exercício de 2012, indagando, no caso do seguro, se isso significaria maior
120 desemprego que em 2011. O Coordenador do GTFAT esclareceu que o aumento de beneficiários do
121 AS estaria relacionado ao ganho real do salário mínimo, e do SD com a rotatividade de mão de obra
122 e a ampliação da formalidade do mercado de trabalho, ressaltando que não haveria relação direta
123 com o desemprego. O Representante da NCST indagou sobre a possibilidade de aumentar os
124 recursos da Gestão da Política de Trabalho, Emprego e Renda de R\$ 318,46 milhões para R\$358,71
125 milhões, de modo a igualar ao somatório das receitas estimadas da Cota Parte da Contribuição
126 Sindical (R\$325,81 milhões) e das Multas e Juros Devidas ao FAT (R\$32,90 milhões), haja vista a
127 necessidade de melhorar as estruturas das SRTE. O Coordenador-Geral da CGFAT ponderou que as
128 projeções de despesas foram efetuadas a partir das demandas apresentadas pelas áreas, devendo ser
129 consultadas as mesmas quanto à necessidade ou não de alterações nos seus valores. A

130 Representante do FONSET sugeriu que o valor proposto para a IMO em 2012 (R\$356,82 milhões)
131 fosse pelo menos igualado ao da proposta de 2011, no montante de R\$359,56 milhões, ao que o
132 Coordenador do GTFAT informou que seria estudada essa demanda. O Representante Titular do
133 MDA, Sr. João Luiz Guadagnin, solicitou esclarecimentos quanto ao valor de R\$197,48 milhões
134 projetado para a ação Apoio Operacional do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial, que
135 compreendia o processamento de dados e a remuneração dos agentes pagadores, ressaltando que na
136 LOA/2011 havia sido aprovado o montante de R\$69,73 milhões para essa finalidade. O
137 Coordenador-Geral da CGFAT esclareceu que a proposta do CODEFAT para essa ação no
138 exercício de 2011 foi de R\$203,0 milhões, tendo constado na LOA apenas R\$69,73 milhões,
139 ressaltando que essa diferença entre os valores projetados e aprovados vinha gerando um passivo
140 acumulado significativo, ficando para reconhecimento de dívidas de exercícios futuros. A
141 Coordenadora-Geral da CGOFC complementou, informando que a dívida do MTE com os agentes
142 pagadores já se encontrava em torno de R\$215,0 milhões. O Coordenador do GTFAT indagou se
143 havia mais alguma manifestação, em não havendo, considerou a Proposta Orçamentária do FAT
144 para o exercício 2012 apta a ser submetida à deliberação do CODEFAT. Em seguida, retornou a
145 sequência da Pauta, passando ao **ITEM 1 - Proposta de Resolução que disciplina o pagamento**
146 **do Abono Salarial referente ao exercício de 2011/2012.** O Coordenador-Substituto da
147 Coordenação do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial – CSDAS/CGSAP/DES/SPPE/MTE, Sr.
148 Márcio Ubiratan Britto Jardim, informou que as estimativas apontavam para o crescimento de 6%
149 no número de trabalhadores identificados com direito ao benefício do Abono Salarial em relação ao
150 exercício atual (2010/2011), devendo alcançar a marca de 19,6 milhões de beneficiários com o
151 dispêndio de R\$10,7 bilhões para o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT. Relatou que o
152 pagamento do PIS (Caixa Econômica Federal) seria processado no período de 11/08/2011 a
153 29/06/2012 e do PASEP (Banco do Brasil) no período de 10/08/2011 a 29/06/2012. Ressaltou o
154 empenho do MTE e dos agentes pagadores no sentido de atingir o máximo de trabalhadores,
155 envidando-se todos os esforços para localizar os beneficiários, observando que os dados apontavam
156 taxa de cobertura de 93% para o exercício 2010/2011. O Coordenador-Substituto da CSDAS
157 finalizou, informando que a CAIXA estava enviando mensagens para os trabalhadores no intuito de
158 aumentar a divulgação sobre o pagamento do Abono Salarial. O Coordenador do GTFAT abriu as
159 inscrições para manifestação. A Representante da CAIXA, Sra. Margarida Maria Alacoque
160 Macedo, esclareceu que o Banco estava executando essa ação apenas para os trabalhadores que
161 estavam cadastrados a receber mensagens do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS. O
162 Coordenador do GTFAT indagou se havia mais alguma manifestação, em não havendo, considerou
163 o Item em referência apto para ser submetido à deliberação do CODEFAT. Na sequência, passou ao
164 **ITEM 3 - Proposta de Resolução que aprova a distribuição de recursos para o exercício de**
165 **2011 no âmbito dos Planos Territoriais de Qualificação – PlanTeQs, que consiste em**

166 **modalidade de operacionalização do Plano Nacional de Qualificação – PNQ.** A Coordenadora-
167 Geral da CGCOP explicou que os PlanTeQs contemplavam projetos e ações de Qualificação Social
168 e Profissional - QSP circunscritos a um determinado território (unidade federativa ou município),
169 tendo suas ações articuladas às demais ações do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda,
170 principalmente a intermediação de mão de obra e a habilitação do seguro-desemprego. Registrou
171 que a distribuição de recursos dos PlanTeQs atendia ao disposto no art. 25 da Resolução nº 575, de
172 28 de abril de 2008, que assim estabelecia: *Após a ponderação dos percentuais estabelecidos nos*
173 *art. 23 e art. 24 desta Resolução, a proposta de distribuição dos recursos a serem destinados aos*
174 *PlanTeQs será elaborada pelo MTE e aprovada pelo CODEFAT.* Declarou que os recursos para os
175 PlanTeQs seriam distribuídos conforme a seguir: i) Unidades da Federação – R\$32,55 milhões; e,
176 ii) Municípios com Convênio Plurianual Único - CPU – R\$16,2 milhões. A Coordenadora-Geral da
177 CGCOP finalizou, esclarecendo que a aprovação de valores para entidades privadas sem fins
178 lucrativos decorreria de procedimento de chamada pública de parcerias, em cumprimento à Portaria
179 Interministerial nº 127, de 29 de maio de 2008, razão pela qual não caberia a aprovação de
180 distribuição de recursos entre as mencionadas entidades. O Coordenador do GTFAT abriu as
181 inscrições para manifestação. O Representante da CUT observou que não via problema na
182 distribuição de recursos para os municípios, uma vez que esses deixavam de ser atendidos pelos
183 estados ao celebrarem CPU. A Representante do FONSET ressaltou que questionava mais recursos
184 para os estados, visando atender maior número de municípios, citando que no caso da Bahia o
185 estado contaria com apenas R\$2,62 milhões para atender cerca de 400 municípios, enquanto 4
186 municípios com CPU (Camaçari, Feira de Santana, Salvador e Vitória da Conquista) seriam
187 contemplados com recursos da ordem de R\$1,52 milhão. O Coordenador do GTFAT indagou se
188 havia mais alguma manifestação, em não havendo, considerou o Item em referência apto para ser
189 submetido à deliberação do CODEFAT. **ENCERRAMENTO.** Nada mais havendo a tratar e
190 esgotada a Pauta, o Coordenador do GTFAT deu por encerrada a reunião, agradecendo a presença
191 de todos. E, para constar, eu, Rodolfo Péres Torelly, Secretário-Executivo do CODEFAT e
192 Coordenador do GTFAT, lavrei a presente Ata, que após aprovada, será assinada por mim e pelos
193 demais membros do Grupo.

RODOLFO PÉRES TORELLY
Coordenador do GTFAT e
Secretário-Executivo do CODEFAT

GUSTAVO ALVES TILLMANN
Representante Titular do MF

RENATO ANTÔNIO HENZ
Representante Titular do MAPA

Continuação da Ata da 19ª Reunião Extraordinária do GTFAT

JOÃO LUIZ GUADAGNIN
Representante Titular do MDA

LUIZ CARLOS GALVÃO DE MELO
Representante Titular do BNDES

CARLOS RENATO DE MELO CASTRO
Representante Suplente do MF

MARCOS PERIOTO
Representante Titular da Força Sindical

GERALDO RAMTHUN
Representante Titular da NCST

PASCOAL CARNEIRO
Representante Titular da CTB

JOÃO EDILSON DE OLIVEIRA
Representante Titular da CGTB

ALEXANDRE SAMPAIO FERRAZ
Representante Suplente da CUT

CARLOS ALBERTO SALVATORE FILHO
Representante Titular da CNS/Serviços

SEBASTIÃO ANTUNES DUARTE
Representante Titular da CNTur

EDGAR SILVA VIDAL
Representante Titular da CNT
